

### 3. CENÁRIOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA<sup>33</sup>

De acordo com o Banco Central, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) alcançou 76,3% do PIB em abril de 2024, aumento de 1,9 p.p. em relação a dezembro de 2023. O aumento do indicador neste ano decorre, principalmente, da menor influência do crescimento do PIB sobre a dívida. De acordo com os fatores condicionantes da dívida bruta, divulgados pelo Banco Central, em 12 meses, a contribuição do PIB para a razão dívida/PIB foi de redução de 4,0 p.p. em abril, contra 5,1 p.p. em dezembro de 2023. Ao mesmo tempo, a despesa de juros manteve-se mais ou menos no mesmo patamar (+7,4 p.p. em abril, contra +7,5 p.p. do PIB em dezembro de 2023).

Essas menores contribuições do PIB nominal para a queda, ou mesmo estabilidade da relação dívida/PIB, deverá continuar nos próximos meses em função da expectativa de menor crescimento da economia em 2024 na comparação com 2023. A perspectiva de déficits primários do setor público nos próximos anos elevará o endividamento bruto.

Os cenários traçados pela IFI para a evolução da dívida bruta nos próximos anos consideram o Novo Arcabouço Fiscal (NAF). As simulações realizadas indicam que, mesmo com a vigência da nova regra fiscal, que limitará o crescimento das despesas primárias do governo central a percentuais de variação da receita líquida, a estabilização da dívida pública só seria alcançada com o aumento continuado das receitas.

O crescimento de diversas despesas primárias obrigatórias com as limitações de medidas de contenção tornará o cumprimento das metas de resultado primário do governo central mais desafiador. As projeções calculadas pela IFI para a dívida bruta, dados os cenários macroeconômico e fiscal discutidos anteriormente, indicam elevação do indicador em todo o horizonte de projeção (2024-2034) no cenário base de referência.

É claro que tal trajetória de dívida poderá mudar caso o governo consiga elevar a receita recorrente considerada para o cálculo dos limites para a despesa primária. Os cenários indicam que eventuais frustrações de receitas não apenas dificultarão o cumprimento das metas fiscais, como trarão riscos para a credibilidade da política fiscal.

#### 3.1 Projeções

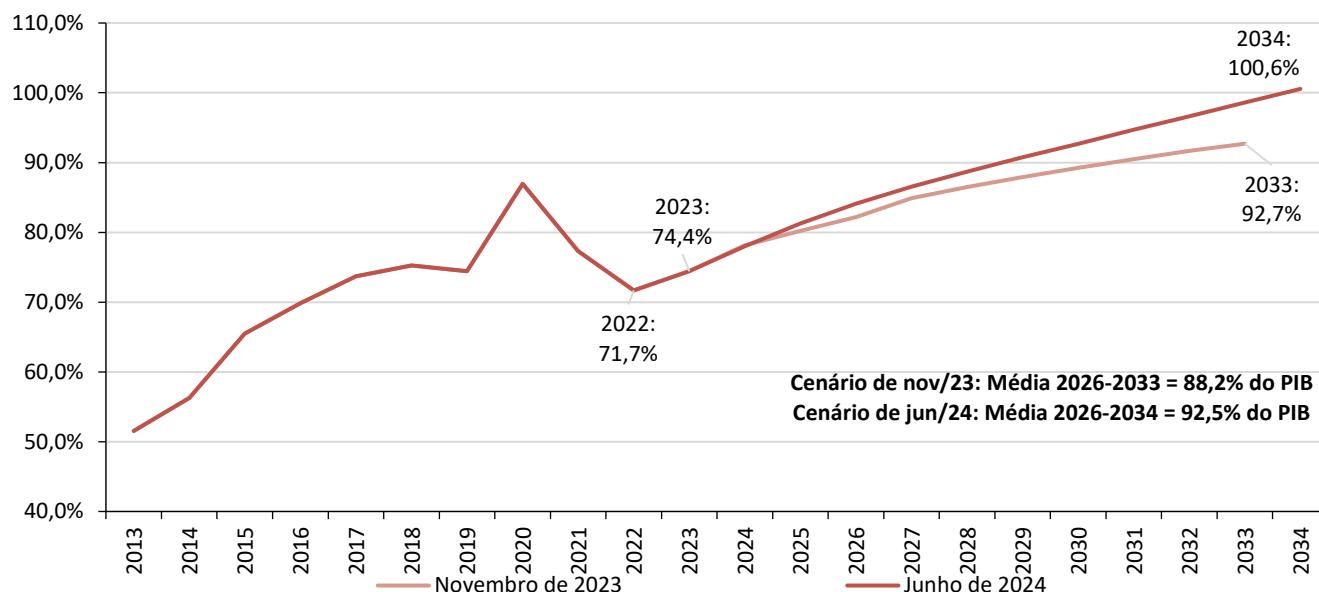
Na revisão de cenários apresentada em novembro de 2023, a IFI projetava a dívida bruta a 78,2% do PIB em 2024. Agora, a projeção para o indicador passou a ser de 78,0% do PIB no fim do ano (Gráfico 9). Contribui para essa revisão o maior crescimento esperado para o PIB nominal neste ano (6,4% em junho, contra 6,1% em novembro de 2023), assim como uma expectativa de menor déficit primário do setor público consolidado para 2024 agora, de 0,7% do PIB, ante déficit de 1,2% do PIB esperado em novembro.

Ainda que a projeção para o déficit primário do setor público tenha diminuído para 2024, no médio prazo, a estimativa da IFI é de um aumento desse déficit em função da piora na trajetória dos resultados primários do governo central. No cenário base, em nenhum momento no horizonte de projeção o resultado primário do setor público consolidado ficará positivo, o que contribui para piorar a trajetória do endividamento bruto.

Em novembro de 2023, a IFI estimava que a DBGG alcançaria o nível de 92,7% do PIB em 2033. Agora, a DBGG deverá atingir 98,6% do PIB, em 2033, e 100,6% do PIB em 2034 (Gráfico 9).

<sup>33</sup> Acesse o relatório completo por aqui: <https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/relatorio/2024/junho/raf-relatorio-de-acompanhamento-fiscal-jun-2024>.

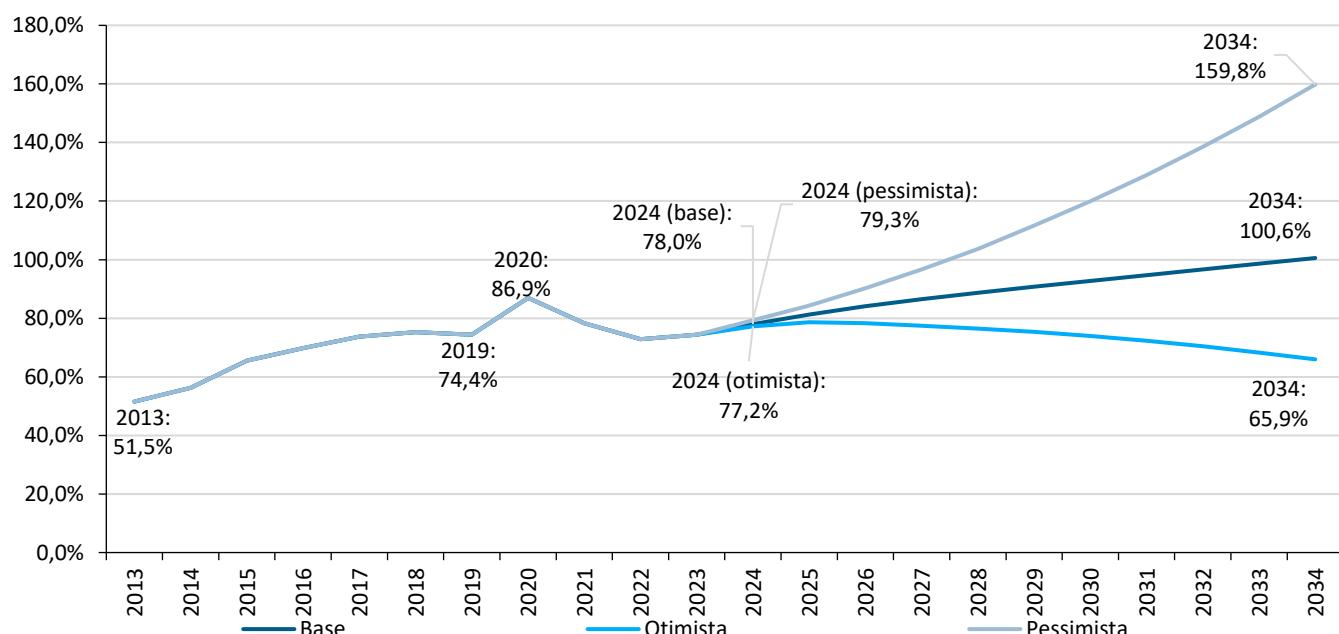
GRÁFICO 9. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DBGG EM MOMENTOS SELECIONADOS (2023-2034) - % DO PIB



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

Considerando os parâmetros macroeconômicos apresentados na primeira seção e dada a trajetória dos resultados primários do setor público esperados, haverá aumento da DBGG como proporção do PIB nos próximos anos. Tal incremento na dívida expõe os desafios para o cumprimento das metas de resultado primário do governo central ora estipuladas, as quais dependem, fundamentalmente, de elevação das receitas primárias recorrentes, além das limitações inseridas no âmbito do controle da despesa primária. Importante destacar riscos que possam comprometer o crescimento projetado para a economia e as eventuais frustrações das medidas pretendidas pelo Executivo para aumentar a arrecadação nos próximos anos. Tais eventos podem afetar a confiança na sustentabilidade das contas públicas no médio e no longo prazo.

GRÁFICO 10. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DBGG NOS DIFERENTES CENÁRIOS - % DO PIB



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

O Gráfico 10 consolida as trajetórias esperadas nos três cenários da IFI.

A Tabela 7 mostra os valores médios das principais premissas da dívida no período de 2024 a 2034. A Tabela 8, por sua vez, traz as projeções para a DBGG em percentual do PIB nos três cenários de médio prazo da IFI.

**TABELA 7. PRINCIPAIS PREMISSAS MACROECONÔMICAS E FISCAIS PARA OS CENÁRIOS DE DÍVIDA - MÉDIAS DE 2025 A 2033 (NOV/23) E 2026 A 2034 (JUN/24) NO CENÁRIO BASE**

	Cenário base	nov/23	jun/24
Resultado primário (R\$ bilhões)		-73,7	-165,8
Resultado primário (% do PIB)		-0,6%	-1,0%
PIB nominal (R\$ bilhões)		15.233	16.727
Crescimento real do PIB (%)		2,0%	2,2%
Taxa implícita real da dívida (% a.a.)		3,9%	4,2%
<b>Dívida bruta (% do PIB)</b>	<b>87,3%</b>	<b>92,5%</b>	

\*\* Na revisão de nov/23, a média passou a considerar o período de 2025 a 2033 como médio prazo. Nesta revisão de jun/24, o período considerado é de 2026 a 2034. Fonte: IFI.

**TABELA 8. PROJEÇÕES PARA A DBGG EM % DO PIB ATÉ 2034 – RAF DE NOV/23 E ATUAL**

Ano	Base		Otimista		Pessimista	
	nov/23	jun/24	mai/23	jun/24	mai/23	jun/24
2017	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%
2018	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%
2019	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%
2020	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%
2021	78,3%	77,3%	78,3%	77,3%	78,3%	77,3%
2022	72,9%	71,7%	72,9%	71,7%	72,9%	71,7%
2023	75,2%	74,4%	76,0%	74,4%	75,5%	74,4%
2024	78,2%	78,0%	78,1%	77,2%	80,4%	79,3%
2025	80,2%	81,3%	78,8%	78,6%	85,0%	84,3%
2026	82,2%	84,1%	79,2%	78,3%	91,6%	90,2%
2027	84,9%	86,5%	78,5%	77,4%	99,4%	96,7%
2028	86,5%	88,7%	77,6%	76,4%	106,1%	103,7%
2029	87,9%	90,8%	76,5%	75,4%	113,3%	111,6%
2030	89,3%	92,7%	75,3%	73,9%	120,9%	119,9%
2031	90,5%	94,7%	73,8%	72,3%	129,0%	128,9%
2032	91,7%	96,6%	72,3%	70,4%	137,6%	138,5%
2033	92,7%	98,6%	70,6%	68,3%	146,5%	148,8%
2034		100,6%		65,9%		159,8%

Fonte: IFI.

A Tabela 9 atualiza o exercício sempre apresentado pela IFI para ilustrar o resultado primário requerido para estabilizar a DBGG como proporção do PIB. No caso, estabilizar a dívida no nível de 74,4% do PIB, nível do indicador no fim de 2023.

**TABELA 9. RESULTADO PRIMÁRIO REQUERIDO PARA ESTABILIZAR A DÍVIDA BRUTA EM 74,4% DO PIB (NÍVEL DE 2023)**

DBGG em t	Juros Reais implícitos da DBGG								
	74,4%	0,5%	1,0%	2,0%	3,5%	4,2%	4,5%	5,0%	5,5%
PIB real (% a.a.)	<b>0,5%</b>	0,0%	0,4%	1,1%	2,2%	2,7%	3,0%	3,3%	3,7%
	<b>1,0%</b>	-0,4%	0,0%	0,7%	1,8%	2,4%	2,6%	2,9%	3,3%
	<b>1,5%</b>	-0,7%	-0,4%	0,4%	1,5%	2,0%	2,2%	2,6%	2,9%
	<b>2,2%</b>	-1,3%	-0,9%	-0,2%	0,9%	<b>1,4%</b>	1,7%	2,0%	2,4%
	<b>2,5%</b>	-1,5%	-1,1%	-0,4%	0,7%	1,2%	1,5%	1,8%	2,2%

<b>3,0%</b>	-1,8%	-1,4%	-0,7%	0,4%	0,9%	1,1%	1,4%	1,8%
<b>3,5%</b>	-2,2%	-1,8%	-1,1%	0,0%	0,5%	0,7%	1,1%	1,4%

Fonte: Elaboração IFI.

Por exemplo, com taxa implícita de juros da dívida bruta em 4,2% a.a. e crescimento do PIB de 2,2% (projeções médias para o médio prazo no cenário base), o superávit primário requerido para estabilizar a DBGG em 74,4% do PIB é de 1,4% do PIB. A Tabela 9 indica que, quanto maior a taxa de juros, maior o primário requerido para estabilizar a dívida. Por outro lado, maior crescimento econômico diminui os valores do resultado primário necessário para isso. Na hipótese de juros reais em 2,0% a.a. e de crescimento do PIB de 3,5%, até mesmo um déficit primário de 1,1% do PIB estabilizaria a dívida bruta no nível de dezembro de 2023 (74,4% do PIB).

Por fim, a Tabela 10 apresenta as projeções para os resultados primário e nominal, além da despesa de juros nos três cenários de referência. As projeções indicam a persistência de déficits nominais expressivos em razão da despesa de juros relativamente elevada. Apenas no cenário otimista, em que o setor público alcança superávits primários de 2028 em diante, o resultado nominal assume tendência declinante, ainda que deficitário.

**TABELA 10. RESULTADO NOMINAL DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO (% DO PIB)**

Ano	Base			Otimista			Pessimista		
	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros
2018	-7,0%	-1,5%	5,4%	-7,0%	-1,5%	5,4%	-7,0%	-1,5%	5,4%
2019	-5,8%	-0,8%	5,0%	-5,8%	-0,8%	5,0%	-5,8%	-0,8%	5,0%
2020	-13,3%	-9,2%	4,1%	-13,3%	-9,2%	4,1%	-13,3%	-9,2%	4,1%
2021	-4,3%	0,7%	5,0%	-4,3%	0,7%	5,0%	-4,3%	0,7%	5,0%
2022	-4,6%	1,2%	5,8%	-4,6%	1,2%	5,8%	-4,6%	1,2%	5,8%
2023	-8,9%	-2,3%	6,6%	-8,9%	-2,3%	6,6%	-8,9%	-2,3%	6,6%
2024	-7,9%	-0,7%	7,2%	-7,5%	-0,4%	7,1%	-9,5%	-1,3%	8,2%
2025	-7,6%	-0,7%	6,9%	-6,6%	0,1%	6,7%	-10,2%	-1,6%	8,6%
2026	-7,5%	-0,9%	6,6%	-4,9%	0,2%	5,1%	-10,5%	-1,9%	8,5%
2027	-7,3%	-0,9%	6,4%	-4,2%	0,5%	4,7%	-11,4%	-2,2%	9,1%
2028	-7,1%	-1,1%	6,0%	-4,1%	0,6%	4,7%	-12,2%	-2,4%	9,7%
2029	-7,1%	-1,2%	5,9%	-3,8%	0,7%	4,5%	-13,4%	-2,8%	10,5%
2030	-6,9%	-1,1%	5,7%	-3,3%	1,0%	4,3%	-14,4%	-3,0%	11,4%
2031	-6,6%	-1,1%	5,5%	-2,9%	1,2%	4,1%	-15,5%	-3,1%	12,3%
2032	-6,4%	-1,0%	5,4%	-2,6%	1,5%	4,1%	-16,7%	-3,4%	13,3%
2033	-6,4%	-1,0%	5,4%	-2,3%	1,8%	4,1%	-17,9%	-3,5%	14,4%
2034	-6,4%	-0,9%	5,4%	-2,1%	2,0%	4,1%	-19,2%	-3,7%	15,5%

Fonte: IFI.

### 3.1.1 Cenários estocásticos para a dívida

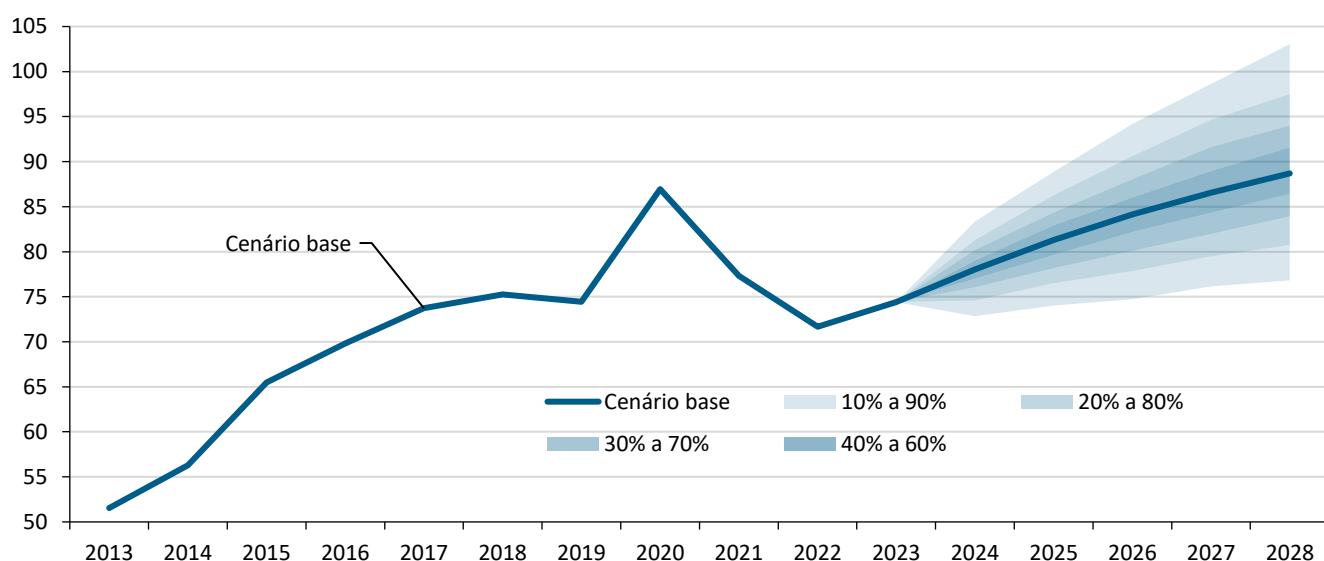
A revisão de cenários envolveu também a atualização do *fan chart* da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que complementa o cenário base determinístico<sup>34</sup> da dívida. Assim, dadas as hipóteses contidas nesse cenário base, estima-se que a probabilidade de a DBGG cruzar o limiar de 90% do PIB, em algum ano entre 2024 e 2028, é de 49,6% (Gráfico 11).

<sup>34</sup> Para uma explicação sobre a metodologia, confira o Estudo Especial nº 18, publicado pela IFI em dezembro de 2023: <https://tinyurl.com/2vk3dtuu>. Adicionalmente, confira a Nota Técnica nº 54, de caráter metodológico, que realiza testes de sensibilidade dos cenários estocásticos: <https://tinyurl.com/435wpnmh>.

A probabilidade reportada acima é significativamente maior do que a indicada no último RAF de revisão de cenários (novembro de 2023, 38,7%). Há duas explicações para essa alta. Em primeiro lugar, houve aumento da DBGG projetada no cenário base.<sup>35</sup> Nos anos de 2026 a 2028, por exemplo, a DBGG está superior, em média, em 1,9 p.p., quando comparada com as projeções do RAF de novembro de 2023. Em segundo lugar, houve aumento da incerteza ao redor do cenário base, como consequência da incorporação dos anos de 2022 e 2023 à amostra da qual os choques são sorteados, durante a geração dos 1.500 cenários estocásticos. De fato, a largura do *fan chart* – a diferença entre os percentis 90% e 10% em 2028 – passou de 22,2 p.p. (nov/23) para 26,3 p.p. (este RAF).

Como informação adicional, o Gráfico 11 indica que é pequena a chance de a DBGG retornar ao patamar de dezembro de 2023 (74,4% do PIB), nos próximos cinco anos. Em outras palavras, a probabilidade de a DBGG em 2028 ser superior ao valor de dezembro de 2023 é de 93,9%.

**GRÁFICO 11. CENÁRIO BASE E CENÁRIOS ESTOCÁSTICOS (FAN CHART) PARA A DBGG (% PIB)**



Fonte: IFI. Nota explicativa: os valores no eixo esquerdo indicam o percentual que a DBGG representa do PIB. Os percentuais indicados na legenda, na parte inferior do gráfico, indicam faixas de probabilidade. Por exemplo, 20% dos valores simulados situam-se na faixa com rótulo "40% a 60%" (pois  $60 - 40 = 20$ ). Ou ainda, 80% dos valores situam-se na faixa com rótulo "10% a 90%" (pois  $90 - 10 = 80$ ).

<sup>35</sup> Vale lembrar que o *fan chart* toma o cenário base como dado, e é construído simetricamente no entorno desse cenário.

**TABELA 11. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% DO PIB)**

Discriminação	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
<b>Receita Bruta</b>	<b>21,7</b>	<b>23,0</b>	<b>23,2</b>	<b>23,0</b>	<b>22,9</b>	<b>22,7</b>	<b>22,6</b>	<b>22,5</b>	<b>22,5</b>	<b>22,5</b>	<b>22,4</b>	<b>22,4</b>
<b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b>	<b>4,2</b>	<b>4,5</b>										
<b>Receita Líquida</b>	<b>17,5</b>	<b>18,5</b>	<b>18,7</b>	<b>18,6</b>	<b>18,4</b>	<b>18,2</b>	<b>18,1</b>	<b>18,0</b>	<b>18,0</b>	<b>18,0</b>	<b>17,9</b>	<b>17,9</b>
<b>Despesa Primária</b>	<b>19,6</b>	<b>19,2</b>	<b>19,4</b>	<b>19,3</b>	<b>19,3</b>	<b>19,3</b>	<b>19,2</b>	<b>19,2</b>	<b>19,1</b>	<b>19,0</b>	<b>18,9</b>	<b>18,8</b>
<b>Obrigatória</b>	<b>17,9</b>	<b>17,6</b>	<b>17,8</b>	<b>17,8</b>	<b>17,8</b>	<b>17,8</b>	<b>17,8</b>	<b>17,7</b>	<b>17,7</b>	<b>17,6</b>	<b>17,5</b>	<b>17,5</b>
Benefícios previdenciários	8,3	8,2	8,4	8,4	8,5	8,5	8,6	8,6	8,7	8,7	8,7	8,7
Pessoal e encargos sociais	3,4	3,2	3,3	3,2	3,1	3,1	3,0	2,9	2,9	2,8	2,8	2,7
Benefícios de prestação continuada	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	1,2
Abono salarial e seguro-desemprego	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Complementação da União ao Fundeb	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,2	0,0	0,1	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,7	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2
Benefícios a servidores	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde (obrigatória)	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Crédito extraordinário	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,1
Outras despesas obrigatórias	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
<b>Despesas discricionárias</b>	<b>1,7</b>	<b>1,6</b>	<b>1,6</b>	<b>1,5</b>	<b>1,5</b>	<b>1,5</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>
<b>Resultado primário</b>	<b>-2,1</b>	<b>-0,7</b>	<b>-0,7</b>	<b>-0,8</b>	<b>-0,9</b>	<b>-1,1</b>	<b>-1,2</b>	<b>-1,1</b>	<b>-1,1</b>	<b>-1,0</b>	<b>-0,9</b>	<b>-0,9</b>
Memo:												
PIB nominal (R\$ bilhões)	10.856,1	11.551,6	12.265,8	13.045,6	13.860,4	14.715,1	15.620,7	16.568,6	17.555,3	18.601,5	19.705,8	20.871,4

**TABELA 12. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% DO PIB)**

Discriminação	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
<b>Receita Bruta</b>	<b>21,7</b>	<b>23,1</b>	<b>23,5</b>	<b>23,4</b>	<b>23,2</b>	<b>23,2</b>	<b>23,1</b>	<b>23,1</b>	<b>23,2</b>	<b>23,2</b>	<b>23,2</b>	<b>23,3</b>
<b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b>	<b>4,2</b>	<b>4,5</b>										
<b>Receita Líquida</b>	<b>17,5</b>	<b>18,6</b>	<b>18,9</b>	<b>18,9</b>	<b>18,8</b>	<b>18,7</b>	<b>18,6</b>	<b>18,6</b>	<b>18,7</b>	<b>18,7</b>	<b>18,7</b>	<b>18,8</b>
<b>Despesa Primária</b>	<b>19,6</b>	<b>19,1</b>	<b>19,0</b>	<b>18,7</b>	<b>18,4</b>	<b>18,2</b>	<b>18,0</b>	<b>17,7</b>	<b>17,5</b>	<b>17,3</b>	<b>17,0</b>	<b>16,8</b>
<b>Obrigatória</b>	<b>17,9</b>	<b>17,6</b>	<b>17,4</b>	<b>17,2</b>	<b>16,9</b>	<b>16,7</b>	<b>16,5</b>	<b>16,3</b>	<b>16,1</b>	<b>15,9</b>	<b>15,7</b>	<b>15,5</b>
Benefícios previdenciários	8,3	8,2	8,2	8,1	8,0	7,9	7,8	7,8	7,7	7,7	7,6	7,5
Pessoal e encargos sociais	3,4	3,2	3,1	3,0	2,9	2,8	2,7	2,6	2,5	2,4	2,4	2,3
Benefícios de prestação continuada	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1
Abono salarial e seguro-desemprego	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Complementação da União ao Fundeb	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,2	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,7	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Benefícios a servidores	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde (obrigatória)	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Crédito extraordinário	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,5	1,5	1,4	1,4	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0
Outras despesas obrigatórias	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
<b>Despesas discricionárias</b>	<b>1,7</b>	<b>1,6</b>	<b>1,6</b>	<b>1,5</b>	<b>1,5</b>	<b>1,5</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,3</b>
<b>Resultado primário</b>	<b>-2,1</b>	<b>-0,6</b>	<b>-0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,4</b>	<b>0,5</b>	<b>0,6</b>	<b>0,9</b>	<b>1,2</b>	<b>1,5</b>	<b>1,7</b>	<b>2,0</b>
Memo:												
PIB nominal (R\$ bilhões)	10.856,1	11.567,4	12.321,5	13.194,3	14.117,1	15.110,9	16.168,0	17.324,6	18.545,2	19.853,7	21.251,2	22.742,5

**TABELA 13. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)**

Discriminação	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
<b>Receita Bruta</b>	<b>21,7</b>	<b>22,7</b>	<b>22,7</b>	<b>22,6</b>	<b>22,3</b>	<b>22,2</b>	<b>22,0</b>	<b>21,9</b>	<b>21,8</b>	<b>21,7</b>	<b>21,6</b>	<b>21,4</b>
<b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b>	<b>4,2</b>	<b>4,5</b>										
<b>Receita Líquida</b>	<b>17,5</b>	<b>18,2</b>	<b>18,2</b>	<b>18,1</b>	<b>17,8</b>	<b>17,7</b>	<b>17,4</b>	<b>17,4</b>	<b>17,3</b>	<b>17,1</b>	<b>17,0</b>	<b>16,9</b>
<b>Despesa Primária</b>	<b>19,6</b>	<b>19,2</b>	<b>19,5</b>	<b>19,6</b>	<b>19,8</b>	<b>19,9</b>	<b>20,1</b>	<b>20,1</b>	<b>20,2</b>	<b>20,3</b>	<b>20,3</b>	<b>20,4</b>
<b>Obrigatória</b>	<b>17,9</b>	<b>17,6</b>	<b>17,9</b>	<b>18,1</b>	<b>18,3</b>	<b>18,4</b>	<b>18,6</b>	<b>18,7</b>	<b>18,8</b>	<b>18,8</b>	<b>18,9</b>	<b>19,0</b>
Benefícios previdenciários	8,3	8,2	8,5	8,6	8,7	8,9	9,0	9,1	9,2	9,4	9,5	9,5
Pessoal e encargos sociais	3,4	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1
Benefícios de prestação continuada	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,2
Abono salarial e seguro-desemprego	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Complementação da União ao Fundeb	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,2	0,0	0,1	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,7	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Benefícios a servidores	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde (obrigatória)	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Crédito extraordinário	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Programa Bolsa Família	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Outras despesas obrigatórias	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
<b>Despesas discricionárias</b>	<b>1,7</b>	<b>1,6</b>	<b>1,6</b>	<b>1,5</b>	<b>1,5</b>	<b>1,5</b>	<b>1,5</b>	<b>1,5</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>
<b>Resultado primário</b>	<b>-2,1</b>	<b>-1,0</b>	<b>-1,3</b>	<b>-1,5</b>	<b>-2,0</b>	<b>-2,2</b>	<b>-2,6</b>	<b>-2,8</b>	<b>-2,9</b>	<b>-3,1</b>	<b>-3,3</b>	<b>-3,4</b>
Memo:												
<b>PIB nominal (R\$ bilhões)</b>	<b>10.856,1</b>	<b>11.533,4</b>	<b>12.247,6</b>	<b>13.022,8</b>	<b>13.823,4</b>	<b>14.669,7</b>	<b>15.554,7</b>	<b>16.511,0</b>	<b>17.508,3</b>	<b>18.567,5</b>	<b>19.687,4</b>	<b>20.870,4</b>

## Projeções da IFI

### CURTO PRAZO

Projeções da IFI	2024			2025		
	Mai/24	Jun/24	Comparação	Mai/24	Jun/24	Comparação
PIB – crescimento real (% a.a.)	1,98	2,02	▲	1,93	1,90	▼
PIB – nominal (R\$ bilhões)	11.546,26	11.551,56	▲	12.251,15	12.265,82	▲
IPCA – acum. (% no ano)	3,83	4,04	▲	3,43	3,48	▲
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	4,91	5,10	▲	4,96	5,15	▲
Ocupação - crescimento (%)	1,70	1,75	▲	0,92	0,99	▲
Massa salarial - crescimento (%)	4,75	4,90	▲	1,93	1,90	▼
Selic – fim de período (% a.a.)	10,00	10,50	▲	9,00	9,50	▲
Juros reais ex-ante (% a.a.)	5,23	5,33	▲	5,05	4,75	▼
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,62	-0,65	▼	-0,44	-0,72	▼
dos quais Governo Central	-0,82	-0,65	▲	-0,44	-0,72	▼
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	6,97	7,20	▲	6,49	6,86	▲
Resultado Nominal (% do PIB)	-7,59	-7,85	▼	-6,93	-7,58	▼
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	77,60	78,02	▲	80,10	81,28	▲

### MÉDIO PRAZO

	Projeções											
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
PIB – crescimento real (% a.a.)	<b>2,91</b>	2,02	1,90	2,26	2,24	2,22	2,23	2,24	2,23	2,23	2,21	2,19
PIB – nominal (R\$ bilhões)	<b>10.856</b>	11.552	12.266	13.046	13.860	14.715	15.621	16.569	17.555	18.601	19.706	20.871
IPCA – acum. (% no ano)	<b>4,62</b>	4,04	3,48	3,27	3,27	3,17	3,22	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	<b>4,84</b>	5,10	5,15	5,20	5,26	5,31	5,36	5,40	5,44	5,48	5,52	5,56
Ocupação - crescimento (%)	<b>1,37</b>	1,75	0,99	1,17	1,16	1,15	1,16	1,17	1,16	1,16	1,15	1,14
Massa salarial - crescimento (%)	<b>6,91</b>	4,90	1,90	2,26	2,24	2,22	2,23	2,24	2,23	2,23	2,21	2,19
Selic – fim de período (% a.a.)	<b>11,75</b>	10,50	9,50	8,50	8,00	7,50	7,25	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
Juros reais ex-ante (% a.a.)	<b>5,94</b>	5,33	4,75	4,38	3,89	4,14	3,89	3,89	3,89	3,88	3,88	3,88
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	<b>-2,29</b>	-0,65	-0,72	-0,88	-0,87	-1,08	-1,18	-1,14	-1,09	-1,03	-0,98	-0,95
dos quais Governo Central	<b>-2,44</b>	-0,65	-0,72	-0,78	-0,91	-1,06	-1,15	-1,11	-1,05	-0,99	-0,94	-0,91
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	<b>6,62</b>	7,20	6,86	6,62	6,42	6,05	5,91	5,73	5,48	5,38	5,40	5,45
Resultado Nominal (% do PIB)	<b>-8,91</b>	-7,85	-7,58	-7,50	-7,29	-7,13	-7,09	-6,87	-6,57	-6,40	-6,38	-6,39
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	<b>74,4</b>	78,0	81,3	84,1	86,5	88,7	90,8	92,7	94,7	96,6	98,6	100,6

*ifi*